



Revista
Educar Mais

Quem são os jovens que vivenciam o “novo” Ensino Médio? Um estudo de caso em Porto Alegre/RS

Who are the young people experiencing the “new” High School? A case study in Porto Alegre/RS

¿quiénes son los jóvenes que experimentan la “nueva” Secundaria? Un estudio de caso en Porto Alegre/RS

Gabrielle Bezerra da Silva¹ 

• Victor Hugo Nedel Oliveira² 

RESUMO

A “Reforma” do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) foi aprovada em 2017 e, recentemente, vem sendo implementada nas instituições de ensino de todo o país, impactando milhões de jovens estudantes. O objetivo principal do presente artigo é apresentar as condições juvenis de um grupo de jovens escolarizados vinculados ao Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual localizada em Porto Alegre/RS. A pesquisa qualitativa, em formato de um estudo de caso, produziu os dados a partir da realização de um grupo focal com cinco jovens. Foi possível compreender algumas das percepções dos sujeitos sobre o que representa ser jovem e como os mesmos vivenciam essa fase da vida. Trabalho, mobilidade urbana e saúde mental, emergiram como importantes categorias analíticas que permitiram analisar a condição juvenil dos sujeitos pesquisados. Considera-se que os resultados obtidos provocaram discussões e entendimentos no que se referiu a conhecer os participantes da investigação, bem como suas experiências escolares e juvenis.

Palavras-chave: Jovens; Juventudes; Experiências Juvenis; Escola; Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

The High School “Reform” (Law 13,415/2017) was approved in 2017 and has recently been implemented in educational institutions across the country, impacting millions of young students. The main objective of this article is to present the youth conditions of a group of educated young people linked to the Student Union of a state public school located in Porto Alegre/RS. Qualitative research, in the format of a case study, produced data from a focus group with five youths. It was possible to understand some of the subjects’ perceptions about what being young means and how they experience this phase of life. Work, urban mobility and mental health emerged as important analytical categories that made it possible to analyze the youthful condition of the researched subjects. It is considered that the results obtained provoked discussions and understandings in terms of getting to know the research participants, as well as their school and youth experiences.

Keywords: Young people; Youth; Youth experiences; School; New High School.

RESUMEN

La “Reforma” de la Secundaria (Ley 13.415/2017) fue aprobada en 2017 y recientemente se ha implementado en instituciones educativas de todo el país, impactando a millones de jóvenes estudiantes. El principal objetivo de este artículo es presentar las condiciones juveniles de un grupo de jóvenes escolarizados vinculados a la

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: gabrielle.bezerra@ufrgs.br

² Licenciado e Mestre em Geografia, Doutor em Educação e Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: victor.nedel@ufrgs.br

Unión de Estudiantes de una escuela pública provincial ubicada en Porto Alegre/RS. La investigación cualitativa, en formato de estudio de caso, produjo datos a partir de un grupo focal con cinco jóvenes. Fue posible comprender algunas de las percepciones de los sujetos sobre lo que significa ser joven y cómo viven esa fase de la vida. Trabajo, movilidad urbana y salud mental surgieron como categorías analíticas importantes que permitieron analizar la condición juvenil de los sujetos investigados. Se considera que los resultados obtenidos provocaron discusiones y entendimientos en términos de conocimiento de los participantes de la investigación, así como de sus experiencias escolares y juveniles.

Palabras clave: Jóvenes; Juventudes; Experiencias juveniles; Escuela; Nueva Secundaria.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história da educação escolar no Brasil, o Ensino Médio enfrentou diversas crises de identidade, pois, afinal de contas, qual é a sua finalidade? As respostas para tal questionamento podem variar, tornando-se essencial considerar que os propósitos atribuídos ao Ensino Médio se modificaram ao longo do tempo, de acordo com os contextos sociais e políticos nos quais estavam inseridos. Com base em pesquisas de Silva (2015) e Ferreti e Silva (2017), pode-se identificar três momentos significativos, a partir da década de 1990, que se tornam cruciais para a análise da questão inicial.

O primeiro estágio surge no contexto de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBⁱ, em 1996, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Nesse momento, “as finalidades do ensino médio são vinculadas à adequação (e subordinação) da escola às mudanças nas formas de organização do trabalho produtivo e justificadas com base na ‘globalização econômica e na revolução tecnológica’” (Silva, 2015, p.372). O segundo estágio ocorre no primeiro Governo Lula, a partir de 2003, e as ideias que passam a sustentar o Ensino Médio associam-se aos conceitos de trabalho, ciência e cultura, à formação humana e à organização pedagógico-curricular, estando “[...] aliado a essas proposições, o reconhecimento dos sujeitos, sobretudo dos jovens, como basilar na configuração das finalidades da última etapa da educação básica” (Silva, 2015, p.372). O terceiro e mais recente estágio tem como marco o ano de 2016, após o golpe contra a então Presidenta Dilma Rousseff, e “[...] remete ao neoliberalismo mais regressivo cuja referência principal é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro” (Ferreti; Silva, 2017, p.392) – processo que vem se intensificando desde então. E não à toa, é nesse último estágio que a “Reforma” do Ensino Médioⁱⁱ encontra-se inserida.

O processo de reformulação do Ensino Médio, consolidado por meio da Lei 13.415/2017, desde o seu início, enfrentou forte contestação em decorrência da sua imposição e das mudanças que propunha, que pareciam desconsiderar a real dimensão dos impactos provocados nas redes públicas de ensino. A Lei, imposta pela Medida Provisória 746/2016, gerou questionamentos, sobretudo, quanto a razão para tanta urgência e celeridade na implementação de uma política que atingiria os sistemas de ensino a nível nacional. Além disso, a adoção de uma medida de caráter emergencial eliminou qualquer oportunidade de estabelecer um debate com a comunidade escolar e com a sociedade em geral.

Importantes estudos foram conduzidos por especialistas da área educacional (Ferreti, 2018; Pestana e Lima, 2019; Santos, 2018; Silva e Scheibe, 2017; Silveira *et al.*, 2018), alertando para os perigos do “Novo” Ensino Médio (NEM), principalmente em relação ao aprofundamento das disparidades educacionais no Brasil. Em 2023, ao longo do processo de implementação da nova legislação, o assunto acabou ganhando grande repercussão em sites de notícias e nas redes sociais. Algumas

reportagens expunham, por exemplo, nomes de itinerários formativos que vinham sendo oferecidos em escolas públicas do país, tais como “O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de morar”.

Após quatro anos (2018 a 2022) sob um governo de extrema-direita, que intensificou medidas e discursos autoritários, com a posse do Presidente Lula em 2023, discussões sobre uma possível revogação do NEM começaram a surgir. O Ministério da Educação (MEC) logo adotou a posição de que uma revogação não seria uma opção, embora reconhecesse a necessidade de corrigir distorções no “novo” modelo (Santos *et al.*, 2023) e retomar o diálogo democrático sobre o propósito do Ensino Médio (O Globo, 2023). É a partir de então que ocorrem as alterações no Cronograma Nacional de Implementação do “Novo” Ensino Médioⁱⁱⁱ e o estabelecimento de uma consulta pública para avaliar e reestruturar a política nacional de Ensino Médio^{iv}. Ressalta-se ainda, que, após a divulgação dos resultados da consulta, em setembro de 2023, o MEC enviou à Casa Civil um novo Projeto de Lei com vistas a reestruturar a Lei 13.415/2017 – o que aguarda, portanto, novos desdobramentos.

Apesar das fortes limitações e problemáticas que envolvem as novas medidas, é importante observar que elas são resultado direto da pressão popular contra a “Reforma” do Ensino Médio. Em 15 de março e 19 de abril de 2023, ocorreram, respectivamente, o Primeiro e o Segundo Dia Nacional de Mobilização pela Revogação do “Novo” Ensino Médio, contando com a presença de milhares de jovens estudantes. E assim como nos atos, à frente dos impactos gerados pelo NEM, estão justamente eles: os jovens brasileiros, predominantemente, os jovens estudantes das redes públicas de ensino.

Ao analisar as juventudes segundo o senso comum, Abramo (1997, p.27), esclarece que há “[...] um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, [...] tornando-os ‘pré-políticos’ ou quase que inevitavelmente ‘a-políticos’”. Persiste, assim, de maneira generalizada e amplamente difundida, a desvalorização da participação pública dos jovens e um temor em relação às suas contribuições nos processos de construção e fortalecimento da democracia (Abramo, 1997). A falsa noção de uma juventude desprovida de posicionamento crítico também se vincula ao que Feixa *et al.* (2018) descrevem como *juvenicídio moral*, que envolve a estigmatização, o constante menosprezo e a falta de consideração pelo que os jovens desejam ou dizem. Desse modo, quando se trata das reivindicações das juventudes na atualidade, os autores enfatizam que o elemento fundamental seria ter voz, no sentido de que os jovens anseiam por serem ouvidos pela sociedade. Dar voz/ouvir os jovens, nesse caso, um dos principais atores da “Reforma” do Ensino médio, é essencial para discutir, (re)pensar e (re)construir a última etapa da educação básica de forma mais justa e democrática.

O principal objetivo do presente artigo, portanto, é apresentar as condições juvenis de um grupo de jovens escolarizados vinculados ao Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual localizada em Porto Alegre/RS.

2. JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS: NOTAS CONCEITUAIS

O que caracteriza o sujeito jovem, objeto central do campo de estudos das juventudes? Uma compreensão inicial pode dar-se a partir das pesquisas de Abramo (2005) acerca dos conceitos de *condição* e *situação juvenil*. De acordo com a autora, a ideia de *condição juvenil* refere-se a uma etapa do ciclo da vida, entre a infância e a idade adulta, que ganha duração e significação social devido a fatores históricos e culturais. Em outras palavras, é “o modo como uma sociedade constitui

e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional” (Abramo, 2005, p.42). Há, portanto, uma dinamicidade naquilo que se entende por ser jovem ao longo do tempo histórico.

Segundo Abramo (2005), a concepção de jovem consolidada no pensamento sociológico teria se desenvolvido a partir do século XX junto à sociedade industrial moderna ocidental, quando a educação passa a desempenhar um papel mais importante e os jovens passam a dedicar mais tempo aos estudos, ficando livres das obrigações de trabalho. No entanto, a autora esclarece que, embora esses elementos tenham se tornado centrais na condição juvenil moderna, foi uma experiência limitada aos jovens burgueses que vinham de famílias com recursos financeiros, permitindo-os dedicar-se somente aos estudos.

Atualmente, diversos países adotam critérios etários para tentar definir a etapa da juventude. No Brasil, por exemplo, consideram-se jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2013). Mas, deve-se ressaltar que, devido à sua amplitude, tal recorte limita uma abordagem que leve em conta a multiplicidade de formas pelas quais a juventude é ou pode ser vivenciada. Portanto, torna-se de complementar importância a análise da *situação juvenil*, já que essa “[...] releva o modo como tal condição [condição juvenil] é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc.” (Abramo, 2005, p.42). É considerando essas diferenças e desigualdades, que permeiam trajetórias tão subjetivas e individuais, que Oliveira (2021) explica:

assim, há o entendimento de que não existe uma única maneira de ser e/ou de estar jovem no contemporâneo, mas múltiplas. É desse entendimento de decorre o mais frequente uso das expressões ‘juventudes’ e ‘jovens’, no plural, em detrimento do uso das mesmas expressões no singular, justamente para expressar essa dimensão do coletivo, da diversidade e das múltiplas possibilidades analíticas (p.364).

Em especial, é essa dimensão de coletividade, na qual operam e são analisadas as juventudes, que representa o que Feixa (1998) descreve como *culturas juvenis*:

em um sentido amplo, as culturas juvenis se referem à maneira em que as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente mediante a construção de estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente no tempo livre, ou em espaços intrínsecos da vida institucional (p.32). [tradução nossa].

Partindo para uma perspectiva das culturas juvenis na contemporaneidade, Feixa *et al.* (2018, p.313) apontam que os jovens jamais foram tão idealizados e imitados como hoje. Segundo Peralva (1997), o prestígio das juventudes – fenômeno recente em nossa sociedade – não diz respeito apenas ao fator idade, mas aos valores e estilos de vida dos jovens, estando ligado a isso um crescente mercado voltado para a “venda” da juventude. Nesse mesmo sentido, de acordo com Kehl (2004, p.92), as forças do capitalismo souberam reorganizar as mudanças juvenis em torno de uma lógica mercadológica, e, desta forma, “ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário [...]”. Contudo, ao mesmo tempo em que as juventudes se tornam esse ideal cultural, nunca antes os jovens foram tão marginalizados e sujeitos à violência como agora (Feixa *et al.*, 2018, p.313), o que evidencia uma grande contradição presente nesse processo.

Ao discutir as transformações que observam no campo das juventudes, Pais *et al.* (2017), afirmam que os processos de transição para a vida adulta se tornaram mais complexos, mas ainda mantêm-se marcados pela imprevisibilidade. Também destacam a habilidade dos jovens de hoje em atuar como protagonistas de novos rumos sociais e de novas correntes socioculturais, “porque no confronto intergeracional os jovens de agora fazem parte de uma geração incomparavelmente mais

escolarizada, isto apesar de ainda persistirem fortes desigualdades no acesso ao sistema de ensino” (Pais *et al.*, 2017, p.306). Desse modo e em consonância com o grupo de jovens escolarizados com o qual buscou-se dialogar, procurou-se aprofundar um pouco mais a relação entre juventudes e instituição escolar.

Segundo Dayrell (2007), essa relação possui entre suas características tensões e desafios relacionados às mudanças sociais recentes, que impactam tanto os jovens quanto a própria escola. De acordo com o autor,

na frequência cotidiana à escola, o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços, [...] que vai influenciar, e muito, a sua experiência escolar e os sentidos atribuídos à ela. Por outro lado, a escola que ele frequenta apresenta especificidades próprias, não sendo uma realidade monolítica, homogênea (Dayrell, 2007, p.1118).

Nesse cenário dinâmico de flexibilidade e fluidez, de individualização crescente e de identidades plurais (Dayrell, 2007), surge a necessidade de repensar a escola para atender às demandas juvenis, reconhecendo as particularidades e diversidades desses sujeitos. Embora não seja o único, a escola se faz como espaço de sociabilidade para os jovens, no qual se formam amizades, ocorrem conflitos (etc.) entre os distintos grupos. Ainda conforme Dayrell (2007, p.1111), “[...] podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade”. Além disso, “é em torno dessa sociabilidade que muitas vezes a escola e seu espaço físico são apropriados pelos jovens alunos e reelaborados, ganhando novos sentidos” (Dayrell, 2007, p.1120-1121). Tais formas de apropriação/reelaboração podem ser observadas tanto no dia a dia escolar quanto em exemplos mais singulares.

Um desses casos mais singulares foram as ocupações estudantis que ocorreram no Brasil entre 2015 e 2016. De acordo com Groppo e Silveira (2020, p.12-13), ao analisar as ocupações como um exemplo, pode-se observar um movimento que desempenhou um papel fundamental “[...] na formação política auto-organizada de um grupo de pessoas durante o processo que teve como lugar a escola”. A pesquisa desses autores destaca a relevância que esse movimento teve na vida dos jovens envolvidos, conforme relatos fornecidos por eles mesmos. Esses jovens eram, em sua maioria, estudantes de escolas públicas e membros de classes populares e, naquele momento, reinventaram o espaço escolar e ressignificaram suas socializações e experiências educacionais por meio da participação política.

No âmbito do dia a dia na escola, pode-se observar a participação e o protagonismo exercidos pelos jovens através dos Grêmios Estudantis, que acabam sendo “[...] um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de lutas por direitos” (Figueirôa; Miranda, 2021, p.5). Os Grêmios Estudantis ainda se configuram como local de coletividade, cooperatividade e de cultivo de experiências participativas, capaz, desta forma, de incentivar o protagonismo juvenil e fomentar práticas democráticas (Figueirôa; Miranda, 2021). E num período em que lamentavelmente testemunhou-se inúmeros e violentos ataques à democracia brasileira, reitera-se o posicionamento dos autores de que o protagonismo juvenil é indispensável “para a efetivação de um projeto de uma educação escolar democrática, em que esteja assegurado o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos dos estudantes [...]” (Figueirôa; Miranda, 2021, p.2). E, nesse sentido, os Grêmios Estudantis desempenham um papel fundamental.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Com o objetivo de conhecer quem eram os jovens escolarizados participantes da pesquisa, optou-se pela estratégia metodológica do grupo focal. Desta forma, a investigação possui uma abordagem qualitativa, uma vez que os dados obtidos durante as conversas com e entre os jovens não são quantificáveis. No que se refere à sua natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que busca contribuir para propósitos práticos, encontrando soluções para problemas concretos (Andrade, 2010). Em relação aos objetivos, pode ser categorizada tanto como descritiva quanto como exploratória. Na primeira, o foco encontra-se na descrição/caracterização das propriedades de uma determinada população ou fenômeno e “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (Gil, 2002, p.42). E, na segunda, o foco consiste em adquirir uma compreensão mais profunda do problema por meio de levantamentos bibliográficos, entrevistas com indivíduos com experiência prática relacionada ao problema pesquisado e análise de exemplos que ajudem a elucidar a questão (Gil, 2002). Quanto aos procedimentos técnicos classifica-se a investigação como um estudo de caso, sendo necessário ressaltar que, por conta disso, os resultados obtidos não devem ser considerados como um padrão aplicável a outros ambientes escolares, embora os dados possam sim dialogar com outras realidades.

O estudo foi realizado em uma escola pública, localizada na Zona Centro-Sul de Porto Alegre/RS. A rede pública de ensino foi escolhida, pois, o trabalho tinha o intuito de investigar especificamente essa realidade e, para isso, ainda foi selecionada uma escola da rede estadual, já que é onde concentram-se o maior número de matrículas da etapa do Ensino Médio. A instituição escolar na qual a pesquisa foi conduzida atende o Ensino Fundamental, o Ensino Médio (regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA) e o Ensino Técnico, e opera durante a manhã, tarde e noite. O número de alunos é cerca de 800, distribuídos por volta de 35 turmas. O Indicador do Nível Socioeconômico (Inse) referente ao ano de 2021 classificou o perfil dos estudantes da escola no Nível V^a. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para a etapa do Ensino Médio na escola em questão, não estavam disponíveis.

Os sujeitos da pesquisa foram jovens com idades entre 15 e 20 anos, estudantes do Ensino Médio Regular e participantes do Grêmio Estudantil. O recorte do Grêmio Estudantil se deu, partindo do entendimento de que, nesse espaço, destinado a debates e discussões de interesses dos estudantes, os jovens acabam colocando-se como voz ativa nas decisões da escola (Figueirôa; Miranda, 2021). De início, planejou-se o diálogo com sete jovens por conta das orientações de realização de grupos focais, que recomendam de seis a 15 pessoas (Ressel *et al.*, 2008). No entanto, alguns jovens não puderam participar devido a questões pessoais e também por falta de autorização de um responsável. Como resultado, o grupo focal contou com a participação de cinco jovens.

O grupo focal ocorreu em uma sessão segmentada em três momentos distintos (I. Quem são esses jovens?, II. Os jovens e a “Reforma” do Ensino Médio e III. Os jovens e a Geografia), totalizando aproximadamente 1 hora e 30 minutos de conversa com e entre os jovens participantes. Cada momento estava alinhado com um dos objetivos específicos e com um dos eixos do referencial teórico da investigação maior em curso, e, para cada, também foi elaborado um roteiro prévio com perguntas e materiais de estímulo. O presente texto destina-se à discussão do primeiro eixo da pesquisa, que trata especificamente dos jovens.

Para a analisar os dados obtidos realizou-se uma aproximação da análise de conteúdo, que compreende “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, podendo ser aplicada em discursos diversificados (Bardin, 2011, p.44). Inicialmente, para o primeiro momento do grupo focal, elencou-se *a priori* a categoria *os jovens e as juventudes*, pela qual buscava-se compreender como os participantes experienciavam a juventude, se consideravam-se jovens e o que pensavam acerca dos direitos, das reivindicações e das esperanças juvenis. Após a realização do grupo focal, categorias *a posteriori* também foram elencadas, dizendo respeito ao *trabalho*, à *mobilidade urbana* e à *saúde mental*.

Destaca-se que o trabalho atendeu as conformidades da Resolução 510/2016 (Brasil, 2016) quanto às precauções éticas necessárias para pesquisas no âmbito das Ciências Humanas e, desta forma, nem a instituição escolar e nem os jovens participantes foram identificados. Para além disso, os Termos de Anuência, Consentimento e Assentimento foram devidamente assinados por cada um dos referidos envolvidos.

4. QUEM SÃO OS JOVENS PARTICIPANTES DA PESQUISA?

4.1 Caracterização dos jovens participantes

Antes do início do grupo focal propriamente dito, os participantes foram lembrados acerca de algumas informações já anteriormente discutidas, como suas não identificações ao longo da pesquisa. Com isso, foi solicitado que escolhessem pseudônimos. Os próprios jovens acabaram optando por nomes de países, e, assim, suas identificações corresponderam aos seguintes: *Brasil, Chile, China, França e Japão*.

Após essa definição, conduziu-se um breve levantamento com a intenção de traçar um perfil geral do grupo. Então, foi possível identificar que a faixa etária dos participantes variava de 15 a 20 anos. Quanto à etnia, dois indivíduos se identificaram como negros, dois como brancos e um como indígena. No que diz respeito ao gênero, todos se identificaram como masculinos. Referente à orientação política, três dos jovens se identificaram como pertencentes à esquerda, enquanto um declarou não saber e outro não se identificou com nenhum espectro político. Um dos participantes era membro do Grêmio Estudantil há dois anos, três há um ano e um há três meses. Os bairros de residência incluíam Restinga, Belém Velho, Glória, Santa Tereza e São Tomé, esse último em Viamão. Em relação a trabalho, dois jovens já trabalhavam, dois não e um afirmou que ainda não estava, mas que pretendia começar em um futuro próximo.

4.2 Os jovens e as juventudes

O que significa ser jovem? Reconhece-se que essa é uma pergunta ampla e complexa, dada às múltiplas formas de se experienciar a juventude na contemporaneidade, mas, foi justamente essa, a primeira questão levada ao grupo. Uma das primeiras associações feitas pelos participantes se relacionou à faixa etária e, portanto, ser jovem seria ter menos de 18 anos, ou até menos de 30. Isso seria ser jovem *literalmente*. Mas ao partirem para uma perspectiva mais *psicológica*, segundo eles, ser jovem teria a ver com ser “instável” e “irresponsável”. Tais características não emergem de forma separada da maneira como a própria sociedade atribui significado a esse momento da vida. Como aponta Fernandes (2023, p.55), “[...] a juventude é muitas vezes atrelada ao que não respeita a norma, que se abstém das regras e costumes. Independente da esfera social que esta afirmação se encaixa, ser jovem é intrínseco ao desvio”. No entanto, os participantes explicaram que ser jovem

também é estar “preocupado” e “sobrecarregado”; observaram que há uma cobrança maior em relação aos jovens de hoje quando comparados às gerações passadas.

Ao mesmo tempo, quando questionados sobre considerarem-se jovens, a resposta “não” foi dada quase que imediatamente. Explicaram:

é que eu acho que todo mundo nasce de uns tempos para cá, todo mundo que já nasce já vem pensando no futuro, no que que vai fazer no futuro, no que vai trabalhar, no vai estudar. Então, a gente aprende a ser mais maduro do que realmente a gente é quando a gente precisa. A gente cresce adulto já. Acho que tem muita gente que é mais responsável do que deveria ser, então, a gente acaba se sentido mais deslocado perto de pessoas que não tem tanta responsabilidade ou não pensam tanto no futuro (França).

Foi evidente que a maioria dos jovens presentes acreditava não vivenciar a sua juventude da maneira desejada. O emprego emerge como um ponto crucial nesse aspecto, quando dois participantes – Chile e Brasil – compartilham experiências de terem começado a trabalhar aos 12 e 11 anos, respectivamente, não por livre escolha. A pressão familiar foi identificada como um fator determinante para um jovem vivenciar ou não a juventude, todavia, é importante salientar que outros elementos, como status socioeconômico, etnia, gênero, orientação sexual, localização geográfica, entre outros, também exercem uma forte influência sobre essas possibilidades e limitações.

Contracenando com esses contextos tão marcados por desigualdades, foi apresentado aos participantes um resumo do Estatuto da Juventude (EJUVE), contendo os direitos juvenis garantidos por lei. Mas, antes de entregar-lhes o material, ao serem questionados se os jovens possuíam direitos, os participantes afirmaram que isso é algo “restringido” – resposta mantida mesmo após a leitura do resumo. Os 11 direitos do EJUVE foram abordados individualmente, e, na fase de análise, optou-se por distribuir as conversas sobre cada um nas categorias elencadas *a priori* e *a posteriori*.

Outro ponto abordado teve como base os estudos de Abramo (1997) e Feixa *et al.* (2018), que discutem a existência de um estereótipo que retrata os jovens como desinteressados por assuntos políticos e sociais. O que frequentemente leva à desqualificação, menosprezo e até desconsideração por aquilo dito pelos jovens. Indagou-se ao grupo se isso ocorria com eles e se participar do Grêmio Estudantil influenciava essa situação. A partir disso, destaca-se a resposta de um dos participantes:

então, acho que não sei, não entendo muito o que comentar sobre isso. Hum, mas eu acho que muito desse argumento de que o jovem é desinteressado é só uma desculpa. Porque quem está desinteressado de verdade são eles. Porque ninguém veio falar com os jovens sobre o que eles achavam de um Novo Ensino Médio. Por quê? Porque não estavam interessados. E aí falaram o quê? Que quem não estava interessado era o jovem. Não foi? (França).

Esse e os demais relatos indicam que esses jovens possuem interesse em contribuir para as discussões que estavam sendo pautadas, discussões políticas e sociais. Desse modo, reafirma-se o direito desses sujeitos de serem incluídos nos debates acerca das políticas educacionais que repercutem diretamente sobre suas vidas. Como os próprios afirmam em outro momento, são jovens que vivem os problemas da escola e, portanto, são parte dela também.

4.3 O trabalho

O trabalho emerge como um elemento de extrema importância nos relatos dos jovens que participaram do estudo, estando associado à busca pela independência e estabilidade financeira. O

Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda é garantido legalmente aos jovens, conforme evidenciado pelos Artigos 14, 15 e 16 do EJUVE^{vi}. Ao questionar se tal direito é ou não respeitado, os jovens esclareceram que, embora tenham a possibilidade de trabalhar como estagiários ou jovens aprendizes, enfrentam obstáculos para ingressar nesses empregos devido aos requisitos exigidos para a admissão, mesmo que essas oportunidades frequentemente representem suas primeiras experiências formais de emprego.

Em entrevistas conduzidas com Feixa *et al.* (2018) e Novaes *et al.* (2021), ambos reconhecidos pesquisadores no campo das juventudes, quando questionados sobre as principais demandas dos jovens na atualidade, a temática do emprego ganha destaque. De acordo com Novaes *et al.* (2021, p. 4), “[...] os jovens de hoje têm, realmente, muita preocupação com o futuro e muita dificuldade de projetar o futuro no mundo do trabalho”. Essas preocupações estão diretamente relacionadas às transformações que vêm ocorrendo nas dinâmicas de produção e trabalho nos últimos tempos. Nesse contexto, Feixa *et al.* (2018) explicam que

[...] a juventude sempre havia tido uma preparação para o mercado de trabalho, os jovens tinham possibilidades de acesso a alguma ocupação remunerada. Isto a médio ou longo prazo levava a uma possibilidade de emanciparem-se e ter uma carreira autoconstruída. Isto está desaparecendo, está se precarizando de uma maneira alarmante. O trabalho dos jovens: o salário, o tempo e as condições de trabalho, eles estão perdendo direitos sociais que historicamente haviam sido conquistados na modernidade (p.314).

A situação delineada pelos autores, em um contexto mais amplo relacionado ao trabalho e às juventudes, ocorre em um cenário caracterizado por um crescimento econômico limitado e altas taxas de desemprego, subocupação e desânimo que vêm aumentando desde 2015, impactando profundamente os jovens (Tomassi; Corrochano, 2020). Observa-se, junto a isso, um aumento significativo do empreendedorismo como uma alternativa diante do cenário descrito. De acordo com Tomassi e Corrochano (2020, p.364), o “[...] empreendedorismo passa a ocupar as agendas de organismos públicos e privados, sobretudo nos últimos dez anos”, tornando-se uma nova forma de precarização. E se em tempos de neoliberalização, testemunha-se a flexibilização e o desmantelamento de diversos direitos sociais conquistados pela população ao longo da história, no caso dos jovens, como explica Corrochano (2023), a análise do presente também revela retrocessos significativos em relação às conquistas legais, como o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo.

Quando indagados sobre as principais demandas, desejos, esperanças e sonhos dos jovens na atualidade, a maioria das respostas relacionou-se a questões financeiras: “*uma mesada*” (China); “*Dinheiro, dinheiro. O jovem quer muito dinheiro*” (França); “*Dinheiro*” (Participantes); “*Não, dinheiro não. Estabilidade financeira*” (França); “*Não. Dinheiro mesmo, eu não quero estabilidade financeira. Quero ter mais do que preciso*” (China).

4.4 A mobilidade urbana

O Direito ao Território e à Mobilidade é assegurado legalmente aos jovens, conforme expresso pelos Artigos 31, 32 e 33 do EJUVE^{vii}. No entanto, apesar de se constituir como direito, as oportunidades ou limitações quanto a mobilidade estão diretamente relacionadas às condições socioeconômicas dos indivíduos. Com base nos estudos de Vasconcellos (2012), Lira e Cordeiro (2023, p.5) explicam que “[...] a situação socioeconômica do indivíduo e de sua família influencia seu deslocamento, sendo que jovens com maior renda encontrariam, por exemplo, mais facilidade para se deslocar, com maior

capacidade para realizar viagens diárias” – algo bastante evidenciado pelos jovens ao longo do grupo focal.

Porto Alegre vivencia uma situação gravíssima em relação à passagem escolar. Os procedimentos para a obtenção e renovação do Tri Escolar^{viii} vêm sendo cada vez mais dificultados, sobretudo, com as novas medidas adotadas pela atual administração da cidade. Em notícia de Culau e Silva (2023), é relatado que apenas entre os anos de 2019 e 2021, ocorreu a queda de 77% no número de usuários do TRI Escolar:

em 2019, início da gestão Melo, 101.015 estudantes utilizavam o cartão TRI, que dá direito à isenção parcial da passagem em Porto Alegre, segundo dados disponibilizados pela EPTC [Empresa Pública de Transporte e Circulação] ao nosso gabinete, a partir de pedido de informação. Em 2022, o número despencou para 23.256, o que representa uma redução de 77%.

Durante a conversa, um dos jovens disse que na semana seguinte precisaria escolher um dia para não ir à aula devido à falta de passagens. Contou também que possui menos de 70% de presença na escola, já que tem vezes que não consegue se deslocar por não ter tido o TRI escolar aprovado; “*não tenho dinheiro para vir para a escola*” (China). Outro jovem relatou que se viu obrigado a solicitar carona, repetidamente, aos motoristas de ônibus pelos mesmos motivos. Trata-se de uma situação perversa e extremamente preocupante no que diz respeito à (des)construção de políticas públicas de mobilidade urbana, afetando esses sujeitos de várias maneiras, com ênfase nas suas próprias experiências escolares. Aliás, ao contrastar as vivências desses jovens com as daqueles que conseguem frequentar a escola diariamente, como poderia alegar-se que o direito à educação é plenamente gozado por todos, quando existem estudantes que nem mesmo conseguem se deslocar até a escola?

4.5 A saúde mental

A Organização Mundial de Saúde – OMS (2022) define *saúde mental* como “um estado de bem-estar mental que permite às pessoas lidar com o estresse da vida, realizar suas habilidades, aprender bem e trabalhar bem e contribuir para sua comunidade”. De acordo com a Organização, esse estado de bem-estar mental também está interligado às circunstâncias sociais, econômicas, geopolíticas e ambientais, abrangendo situações de carência, violência, disparidade e privação ambiental. É incontestável a relevância que a saúde mental adquiriu nos tempos atuais, o que parece ter se tornado ainda mais evidente após o enfrentamento da pandemia da Covid-19, durante a qual muitas pessoas (aquelas que puderam) passaram por um período de isolamento social.

Considerando as dimensões de coletividade e sociabilidade que caracterizam as vivências juvenis contemporâneas, Oliveira e Lacerda (2022, p.139) explicam que as ramificações advindas do período pandêmico “[...] se constituíram em importantes gatilhos para o desencadeamento de sofrimento psicológico e dificuldades de saúde mental na juventude”. A questão da saúde mental ganhou destaque durante o diálogo quando o Direito à Saúde, presente no EJUVE^{ix}, foi abordado.

Os jovens deram ênfase ao tema, ressaltando a falta de profissionais de saúde, como psicólogos, atuando dentro das escolas – presença que, teoricamente, é garantida pela Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019). Quando levantada a questão sobre desejos, esperanças e sonhos juvenis, a saúde mental também apareceu no discurso dos participantes, seguida das questões financeiras. Não coincidentemente, ao solicitar que, se possível, definissem *jovem* em uma única palavra, como forma

de finalizarmos o primeiro momento do grupo focal, o consenso foi *ansioso*, “*essa é a definição de jovem*” (China).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se no período histórico mais recente, uma intensificação da influência da ideologia neoliberal, que vem atingindo diversas esferas sociais e guiando a construção de novas políticas públicas. No Brasil, tal processo manifestou-se também na forma de várias “reformas” administrativas, parte do mesmo contexto de surgimento da Lei 13.415/2017. Apesar das críticas às propostas e dos desdobramentos que ainda vêm se desenrolando, a implementação do NEM continua a ocorrer em escolas de todo o país.

Abordar a educação pública no atual contexto que se passa, faz-se necessário para reforçá-la como direito social destinado a garantir condições igualitárias (e em hipótese alguma excludentes) para todos os jovens estudantes brasileiros. Evidencia-se a perspectiva adotada de que o Ensino Médio pode ser pensado/planejado/discutido em conjunto com os jovens escolarizados, uma vez que esses sujeitos vivenciam a escola diariamente. E, contrariamente às concepções que prevalecem no senso comum, percebeu-se ao longo do estudo, que os jovens tinham muito a dizer e queriam utilizar a sua voz para serem ouvidos acerca dos temas pautados, sendo o Grêmio Estudantil um espaço que privilegia tal condição.

A partir da realização do grupo focal foi possível compreender um pouco mais as ideias dos participantes sobre o que representa ser jovem e como eles mesmos vivenciavam essa fase da vida. Para além do que se previu inicialmente, trabalho, mobilidade urbana e saúde mental, apareceram como elementos importantes dentro das discussões sobre as juventudes. Mesmo cada um desses elementos constituindo-se como direitos garantidos pelo EJUVE, apresentam limitações práticas de acordo com a fala dos jovens, manifestando-se na dificuldade de se conseguir o primeiro emprego (mesmo como estagiário ou jovem aprendiz), nos problemas referentes à passagem escolar (que impacta o próprio direito à educação) e na falta de profissionais de saúde mental nas escolas. Os desejos, sonhos e esperanças ligam-se a tais elementos: possuir estabilidade financeira, ter acesso ao transporte público e dispor de saúde mental.

Entende-se que o tema da “Reforma” do Ensino Médio sob a ótica de jovens escolarizados ganha relevância na medida em que esses sujeitos, como um dos principais atores dessa política, possuem o direito de fazer parte desse debate e de compreender quais são as repercussões da Lei 13.415/2017 em suas vidas. Considera-se que os resultados obtidos foram produtores de discussões e entendimentos no que se referiu a conhecer os jovens participantes da pesquisa e as suas experiências escolares e juvenis de forma mais ampla. Nesse sentido e sob um ponto de vista pedagógico, conhecer os alunos que estão vivenciando a implementação no NEM, também possibilita o ato de (re)pensar práticas docentes que se aproximem cada vez mais desses sujeitos e das suas realidades, sobretudo, no cenário brasileiro atual.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.37-72.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPEd, n. 5, maio-agosto; n. 6, setembro-dezembro, p.25-36, 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 30 set. 2023.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. São Paula: Atlas, 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1074307>. Acesso em: 30 set. 2023.

Após reforma do ensino médio, alunos têm aulas de 'O que rola por aí', 'RPG' e 'Brigadeiro caseiro'. **O GLOBO**, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 [...]. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 11 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 397, de 07 de março de 2023**. Altera a Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, 7 mar. 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-397-de-7-de-marco-de-2023-468444970>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 399, de 8 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Brasília, 8 mar. 2023c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-%20de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, 13 jul. 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-%20331876769>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023**. Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, 4 abr. 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de2023-475187235>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. MEC. Inep. **SAEB 2021 INDICADOR DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO DO SAEB 2021 NOTA TÉCNICA**. 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tecnica_2021.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

CORROCHANO, Maria Carla. CONDIÇÃO JUVENIL, TRABALHO E AÇÕES COLETIVAS: NOTAS A PARTIR DO CONTEXTO PANDÊMICO. In: OLVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **DEBATES SOBRE JUVENTUDES**. 2023. Disponível em: <https://publicacoes.even3.com.br/book/debates-sobre-juventudes-1489275>. Acesso em: 30 set. 2023.

CULAU, Giovanni; SILVA, Airton. Artigo | Estudantes com TRI Escolar despenca 77% na atual gestão de Porto Alegre. **Brasil de Fato RS**, 3 mai. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/artigo-estudantes-com-tri-escolardespenca-77-na-atual-gestao-de-porto-alegre>. Acesso em: 30 set. 2023.

DAYRELL, Juarez. A ESCOLA "FAZ" AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p.1105-1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=html>. Acesso em: 30 set. 2023.

FEIXA, Carles. **De joves, bandes y tribus**. Barcelona: Ariel, 1998.

FEIXA, Carles *et al.* Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. **Educar em Revista**, v. 34, p.311-325, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/v34n70/0104-4060-er-34-70-311.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

FERNANDES, Daniela. GÊNERO E JUVENTUDES. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; PIMENTA, Melissa de Mattos (orgs.). **JUVENTUDES E TERRITÓRIOS**. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256981/001166652.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 set. 2023.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 03 out. 2023.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, p.385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2023.

FIGUEIRÔA, Plínio Xavier de; MIRANDA, Humberto da Silva. Adolescentes-Jovens e o Grêmio Estudantil na escola pública: questões sobre participação. **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1,

2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111030>. Acesso em: 30 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v. 12, n. 1, p.7-21, 2020. Disponível em: <https://www.unifalmg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/20.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.89-114. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wpcontent/uploads/2014/02/140165062-revista-2007.pdf#page=43>. Acesso em: 30 set. 2023.

LIRA, Marília Thaysa da Silva Martins; CORDEIRO, Adriana Tenório. Juventude e Mobilidade urbana: Aspectos pessoais, familiares e externos tecendo o cotidiano de jovens estudantes em torno de uma cidade média. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 18, p.1-21, 2023. Disponível em: <http://periodicos.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3548>. Acesso em: 30 set. 2023.

NOVAES, Regina Célia Reyes *et al.* Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. **Educar em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YDXnxFVQ4vDb5PHgDx7BDjL/>. Acesso em: 30 set. 2023.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes e educação: estado da arte de publicações em revistas A1 de Universidades Federais Brasileiras (2010 - 2019). **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 2, p.358-372, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2279>. Acesso em: 30 set. 2023.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. Juventudes Brasileiras e pandemia da Covid-19: Apontamentos Sobre Educação e Saúde Mental. In: VIEIRA, Cristina Pereira *et al.* (org.). **A capacitação para a educação digital e em rede: gênero, equidade e desenvolvimento: perspectivas internacionais**. 2022. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/12369>. Acesso em: 30 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Saúde Mental**. 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/mental-healthstrengthening-our-response>. Acesso em: 30 set. 2023.

PAIS, José Machado *et al.* Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de investigador em Educação-uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, p.301-313, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bK3zGhhGQQ6TTGHn7P5qvSN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2023.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPEd, n. 5, maio-agosto; n. 6, setembro-dezembro, p.17- 24, 1997. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wpcontent/uploads/2011/03/didatica-revista-brasileira-de-educacao-ed-5-e6.pdf#page=15>. Acesso em: 30 set. 2023.

PESTANA, Grazielle de Jesus; LIMA, Ângela Maria de Sousa. A BNCC do ensino médio no contexto da lei nº 13.415/2017: desafios e perspectivas para as juventudes das escolas públicas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 40, n. 2, p.147-166, 2019. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1676-54432019000200002. Acesso em: 03 out. 2023.

RESSEL, Lúcia Beatriz *et al.* O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, p.779-786, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/nzznfnzrCVv9FGXhwnGPQ7S/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2023.

SANTOS, Emily *et al.* Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC. **G1**, São Paulo, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/16/novo-ensino-medio-ajustar-ourevogar-entenda-em-7-pontos-o-debate-que-envolve-alunos-e-mec.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2023.

SANTOS, José Erimar dos. O lugar da Geografia na BNCC e na Reforma do Ensino Médio: aprofundamento de deficientes cívicos. **Anais... VII ENALIC; VII Encontro Nacional das Licenciaturas; VI Seminário do PIBID e I Seminário do Residência Pedagógica**. Fortaleza/CE, 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2018/443-55877-30112018-232928.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC-Um cenário de disputas. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p.367-379, 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586>. Acesso em: 30 set. 2023.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p.19-31, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>. Acesso em: 03 out. 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva *et al.* O "novo" ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 43, p.101-118, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3992>. Acesso em: 03 out. 2023.

TOMASSI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7gJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/abstract/?lang=en>. Acesso em: 30 set. 2023.

Submissão: 05/10/2023

Aceito: 27/11/2023

ⁱ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996).

ⁱⁱ Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017).

ⁱⁱⁱ O Cronograma havia sido instituído em 2021 pela Portaria 521, de 13 de julho de 2021 (Brasil/MEC, 2021), e suas alterações, em 2023, foram dadas pelas Portaria 397, de 07 de março de 2023 (Brasil/MEC, 2023a) e Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023 (Brasil/MEC, 2023b).

^{iv} A Consulta Pública foi instituída pela Portaria nº 399, de 8 de março de 2023 (Brasil/MEC 2023c).

^v "Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da

mãe (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e ensino médio completo.” (Brasil. MEC/Inep, 2023).

^{vi} Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social; Art. 15. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas: [...]; Art. 16. O direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos de idade será regido pelo disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e em leis específicas, não se aplicando o previsto nesta Seção (Brasil, 2013).

^{vii} Art. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade; Art. 32. No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica; Art. 33. A União envidará esforços, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para promover a oferta de transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para os jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade, na forma do regulamento (Brasil, 2013).

^{viii} O “Tri Escolar” é um cartão destinado aos estudantes de Porto Alegre por meio do qual obtêm acesso à passagem escolar para uso dentro dos limites da cidade.

^{ix} O Direito à Saúde é expresso nos seguintes artigos do EJUVE: Art. 19. O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral; Art. 20. A política pública de atenção à saúde do jovem será desenvolvida em consonância com as seguintes diretrizes [...] (Brasil, 2013).